

**Empresa de Transmissão de Energia do
Mato Grosso S.A.**

**Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

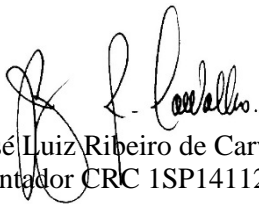
A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de fevereiro de 2016, sem modificações.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por auditores independentes.

São Paulo, 28 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Ativo			
Ativo circulante			
		5.953	4.020
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	3.641	1.837
Concessionárias e permissionárias	4	1.402	1.448
Tributos compensáveis		570	255
Almoxarifado operacional		7	5
Despesas pagas antecipadamente		10	13
Adiantamento a fornecedores		314	446
Serviços em curso		2	-
Outros ativos circulantes		7	16
		83.661	85.379
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6.2	2.340	2.106
Concessionárias e permissionárias	4	35	22
Outros ativos não circulantes		7	-
Imobilizado	5.1	79.205	81.262
Intangível	5.2	2.074	1.989
		89.614	89.399
Total do Ativo			
		89.614	89.399
Passivo			
Passivo circulante			
		12.267	10.521
Fornecedores		907	1.391
Empréstimos e financiamentos	6.1	3.493	3.477
Obrigações sociais e trabalhistas		40	51
Tributos		511	130
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		5.374	4.176
Encargos setoriais		437	520
Provisão para Litígios	7	60	-
Outros passivos circulantes		1.445	776
		31.680	34.678
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6.1	31.435	34.678
Outras obrigações		245	-
		45.667	44.200
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	42.686	42.686
Reserva de lucros	8.2	2.981	1.514
		89.614	89.399
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			
		89.614	89.399

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	13.128	11.399
Tributos			
PIS-PASEP		(192)	(74)
Cofins		(883)	(342)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(115)	(105)
Reserva Global de Reversão - RGR		(341)	(291)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(53)	(40)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		11.544	10.547
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		11.544	10.547
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(758)	(637)
Material		(132)	(66)
Serviços de Terceiros		(1.598)	(1.135)
Arrendamento e Aluguéis		(251)	(24)
Seguros		(22)	(31)
Tributos		(30)	(38)
Depreciação e Amortização		(2.452)	(2.452)
Outras Despesas Operacionais		(60)	-
Resultado da Atividade		6.241	6.164
Equivalência Patrimonial			
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(3.335)	(3.001)
Receitas Financeiras		539	268
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		3.445	3.431
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(780)	(421)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		2.665	3.010
Resultado Líquido do Exercício		2.665	3.010
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		2.665	3.010
Acionistas Não Controladores		-	-
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,062433	0,070515
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,062433	0,070515
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,062433	0,070515
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,062433	0,070515

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Resultado do Exercício	2.665	3.010
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>2.665</u>	<u>3.010</u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	2.665	3.010
Acionistas Não Controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (não auditado)	42.172	801	-	42.973
Remuneração das Imobilizações em Curso				-
Aumento de Capital Social	514	-	-	514
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	3.010	3.010
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	484	(484)	-
Dividendos	-	-	(2.297)	(2.297)
Reserva para Investimentos	-	229	(229)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (não auditado)	42.686	1.514	-	44.200
Incentivos Fiscais	-	870	(870)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	2.665	2.665
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	260	(260)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(1.198)	(1.198)
Reserva para Investimentos	-	337	(337)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	42.686	2.981	-	45.667

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	2.665	3.010
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	2	2
Depreciação	2.450	2.449
Imposto de Renda e Contribuição Social	780	421
Juros e Variações Monetárias	3.163	2.913
Outros	(288)	(206)
	<u>8.772</u>	<u>8.589</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários	(19)	(342)
Tributos Compensáveis	(301)	6
Outros	137	(146)
	<u>(183)</u>	<u>(482)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(103)	(39)
Fornecedores Demais	(484)	(600)
Salários e Encargos Sociais	(11)	(42)
Tributos e Contribuição Social	(399)	(418)
Outros	960	655
	<u>(37)</u>	<u>(444)</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>8.552</u>	<u>7.663</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	40	30
Imobilizado	(481)	(681)
Intangível	(2)	(2)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(443)</u>	<u>(653)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(3.359)	(3.356)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(2.946)	(2.896)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(6.305)</u>	<u>(5.738)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.804	1.272
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.837	565
No fim do exercício	<u>3.641</u>	<u>1.837</u>

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A (a “Companhia” ou “ETEM”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 12, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Contas a receber do ativo financeiro são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Imposto de renda e contribuição social:

- Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita: A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

Receita anual permitida (RAP): A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2015	TOTAL 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.292	-	32	26	52	35	1.437	(não auditado) 1.470	
TOTAL	1.292	-	32	26	52	35	1.437	1.470	

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Imobilizado

5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014 (não auditado)
Transmissão	79.637	-	79.637	-	(9.744)	69.893	72.329
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.217	-	1.217	-	(174)	1.043	1.087
Máquinas e Equipamentos	78.420	-	78.420	-	(9.570)	68.850	71.242
Administração	103	-	103	-	(56)	47	60
Máquinas e Equipamentos	10	-	10	-	(6)	4	5
Veículos	87	-	87	-	(50)	37	50
Móveis e Utensílios	6	-	6	-	-	6	5
Subtotal	79.740	-	79.740	-	(9.800)	69.940	72.389
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Transmissão	8.872	392	9.264	392	-	9.264	8.872
Máquinas e Equipamentos	2	56	58	56	-	58	2
Outros	8.870	336	9.206	336	-	9.206	8.870
Administração	1	-	1	-	-	1	1
Outros	1	-	1	-	-	1	1
Subtotal	8.873	392	9.265	392	-	9.265	8.873
Total do Ativo Imobilizado	88.613	392	89.005	392	(9.800)	79.205	81.262

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
	(não auditado)					(não auditado)	
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	1.986	-	1.986	-	-	1.986	1.986
Servidões	1.986	-	1.986	-	-	1.986	1.986
Administração	9	-	9	-	(7)	2	3
Outros	9	-	9	-	(7)	2	3
Subtotal	1.995	-	1.995	-	(7)	1.988	1.989
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	-	86	86	86	-	86	-
Servidões	-	86	86	86	-	86	-
Subtotal	-	86	86	86	-	86	-
Total do Ativo Intangível	1.995	86	2.081	86	(7)	2.074	1.989

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
					(não auditado)
Em serviço					
Transmissão		79.637	(9.744)	69.893	72.329
Custo Histórico	3,06%	79.637	(9.744)	69.893	72.329
Administração		103	(56)	47	60
Custo Histórico	13,59%	103	(56)	47	60
		79.740	(9.800)	69.940	72.389
Em Curso - R\$ Mil					
Transmissão	-	9.264	-	9.264	8.872
Administração	-	1	-	1	1
		9.265	-	9.265	8.873
		89.005	(9.800)	79.205	81.262

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	56	-	-	56
A Ratear	-	340	(4)	336
Total das Adições	56	340	(4)	392

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 474 de 2012 são as seguintes:

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n°. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Empréstimos e Financiamentos

6.1. Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																	2017	2018	2019	2020	2021	2021+	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	126	3.367	31.435	34.928												3.368	3.368	3.368	3.368	3.368	14.595	31.435
2.1	BNDES	126	3.367	31.435	34.928	Sim	jan-12	Aval/Fiança	TJLP		15/01/16	Mensal	15/01/16	15/04/26	Mensal	Price	3.368	3.368	3.368	3.368	3.368	14.595	31.435
8	Total por Dívida	126	3.367	31.435	34.928												3.368	3.368	3.368	3.368	3.368	14.595	31.435
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	126	3.367	31.435	34.928												3.368	3.368	3.368	3.368	3.368	14.595	31.435

O contrato que a Companhia possui com o BNDES estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos do contrato de financiamento que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da dívida. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2015 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

6.2. Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	3.641	2.340	5.981
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	3.641	2.340	5.981
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	3.641	-	3.641
9.1.5	Banco Itaú - BNDES - Serviço da dívida	-	242	242
9.1.6	Banco Itaú - BNDES - O&M	-	2.098	2.098

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014
						(não auditado)
11	(+) Dívida Bruta	126	3.367	31.435	34.928	38.155
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	126	3.367	31.435	34.928	38.155
12	(-) Ativos Financeiros	-	(3.641)	(2.340)	(5.981)	(3.943)
12.1	Alta Liquidez	-	(3.641)	-	(3.641)	(1.837)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	-	(2.340)	(2.340)	(2.106)
13	(+) Dívida Líquida I	126	(274)	29.095	28.947	34.212
15	(+) Dívida Líquida II	126	(274)	29.095	28.947	34.212

7. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2014 (não auditado)	-	-
Constituição	60	60
Saldos em 31/12/2015	60	60
Circulante	60	60
Não Circulante	-	-

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 43.000, representado por 43.000.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Alupar Investimentos S/A	26.685.952	62,06	26.685.952	62,06
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	16.314.048	37,94	16.314.048	37,94
	<u>43.000.000</u>	<u>100,00</u>	<u>43.000.000</u>	<u>100,00</u>

8.2. Reservas de lucros

Reservas de lucros	31/12/2015	31/12/2014
		(não auditado)
Reserva legal	1.592	1.332
Reserva especial para incentivos fiscais	870	-
Outras	519	182
	<u>2.981</u>	<u>1.514</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal: A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/2002.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia formalizou e obteve junto à SUDAM o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 117/2015, em 75% até 31/12/2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia capitalizou incentivo fiscal no valor de R\$870 sendo o primeiro ano de utilização.

Outras: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	13.128	11.399
Total	13.128	11.399

10. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2015	31/12/2014
		(não auditado)
Pessoal	669	528
Remuneração	394	308
Encargos	136	109
Previdência privada	1	-
Assistência médica e odontológica	49	42
Despesas rescisórias	-	1
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	26	6
Outros	63	62
Administradores	89	109
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	69	96
Benefícios dos administradores	20	13
Total	758	637

11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
		(não auditado)	
		Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Presumido			
Receita de transmissão	-	11.399	11.399
Alíquota de presunção de lucro	0%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	-	912	1.368
Receita financeira	-	268	268
	-	1.180	1.636
Alíquota	0%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	0%	10%	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	274	147
Lucro Real			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.445	-	-
Alíquota fiscal combinada	34%	-	-
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	1.171	-	-
Efeitos fiscais sobre:			
(+) Adições/Exclusões	82	-	-
Incentivos fiscais - SUDAM	(870)	-	-
Outros	397	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	780	-	-
Taxa efetiva	23%		

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Notas	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	3.641	-	3.641	1.837	-	1.837
Concessionárias e Permissionárias	4	1.402	-	1.402	1.448	-	1.448
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	(13.990)	13.990	-	(12.077)	12.077
Tributos Compensáveis		570	-	570	255	-	255
Almoxarifado operacional		7	-	7	5	-	5
Despesas Pagas Antecipadamente		10	-	10	13	-	13
Adiantamento a fornecedores		314	-	314	446	-	446
Serviços em Curso		2	-	2	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		7	-	7	16	-	16
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Títulos e valores mobiliários		2.340	-	2.340	2.106	-	2.106
Concessionárias e Permissionárias	4	35	-	35	22	-	22
Depósitos Judiciais e Cauções		-	(167)	167	-	(171)	171
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	(95.301)	95.301	-	(92.649)	92.649
Outros Ativos Não Circulantes		7	-	7	-	-	-
Imobilizado	5.1	79.205	79.205	-	81.262	81.262	-
Intangível	5.2	2.074	2.074	-	1.989	1.989	-
Total do Ativo		89.614	(28.179)	117.793	89.399	(21.646)	111.045

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Notas	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
							(não auditado)
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		907	-	907	1.391	-	1.391
Empréstimos e Financiamentos	6.1	3.493	-	3.493	3.477	-	3.477
Obrigações Sociais e Trabalhistas		40	-	40	51	-	51
Tributos		511	(37)	548	130	-	130
Provisão para Litígios	7	60	-	60	-	-	-
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		5.374	-	5.374	4.176	-	4.176
Passivos Financeiros Setoriais		437	-	437	520	-	520
Outros Passivos Circulantes		1.445	-	1.445	776	-	776
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Empréstimos e Financiamentos	6.1	31.435	-	31.435	34.678	-	34.678
Tributos		-	(867)	867	-	-	-
Tributos Diferidos		-	(6.473)	6.473	-	(3.226)	3.226
Outros Passivos Não Circulantes		245	-	245	-	-	-
Total do Passivo		43.947	(7.377)	51.324	45.199	(3.226)	48.425
Patrimônio Líquido							
Capital Social	8.1	42.686	-	42.686	42.686	-	42.686
Reservas de Lucros		2.981	(20.802)	23.783	1.514	(18.420)	19.934
Total do Patrimônio Líquido		45.667	(20.802)	66.469	44.200	(18.420)	62.620
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		89.614	(28.179)	117.793	89.399	(21.646)	111.045

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Notas	31/12/2015			31/12/2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	13.128	(4.564)	17.692	11.399	(5.050)	16.449
Tributos						
PIS	(192)	-	(192)	(74)	-	(74)
Cofins	(883)	-	(883)	(342)	-	(342)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(46)	-	(46)	(42)	-	(42)
Reserva Global de Reversão - RGR	(341)	-	(341)	(291)	-	(291)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(46)	-	(46)	(42)	-	(42)
Ministério de Minas e Energia - MME	(23)	-	(23)	(21)	-	(21)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(53)	-	(53)	(40)	-	(40)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11.544	(4.564)	16.108	10.547	(5.050)	15.597
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	11.544	(4.564)	16.108	10.547	(5.050)	15.597
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(758)	-	(758)	(637)	-	(637)
Material	(132)	-	(132)	(66)	-	(66)
Serviços de Terceiros	(1.598)	-	(1.598)	(1.135)	-	(1.135)
Arrendamento e Aluguéis	(251)	-	(251)	(24)	-	(24)
Seguros	(22)	-	(22)	(31)	-	(31)
Tributos	(30)	-	(30)	(38)	-	(38)
Depreciação	(2.450)	(2.450)	-	(2.450)	(2.450)	-
Amortização	(2)	(2)	-	(2)	(2)	-
Outras Despesas Operacionais	(60)	-	(60)	-	-	-
Custo de construção	-	483	(483)	-	683	(683)
Resultado da Atividade	6.241	(6.533)	12.774	6.164	(6.819)	12.983
Equivalência Patrimonial						
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(3.335)	-	(3.335)	(3.001)	-	(3.001)
Receitas Financeiras	539	-	539	268	-	268
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	3.445	(6.533)	9.978	3.431	(6.819)	10.250
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(780)	4.151	(4.931)	(421)	156	(577)
Operações Descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	2.665	(2.382)	5.047	3.010	(6.663)	9.673
Resultante de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício						
Atribuível Aos:						
Acionistas Controladores	2.665	(2.382)	5.047	3.010	(6.663)	9.673
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,061977	-	0,117372	0,070000	-	0,224953
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,061977	-	0,117372	0,070000	-	0,224953
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,061977	-	0,117372	0,070000	-	0,224953
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,061977	-	0,117372	0,070000	-	0,224953

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

13.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

13.1.1. No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

13.1.1.1. Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

13.1.1.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

13.1.1.3. Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

13.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	66.469	62.620
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		(não auditado)
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(28.179)	(21.646)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	7.377	3.226
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>45.667</u>	<u>44.200</u>

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	5.047	9.673 (não auditado)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(6.533)	(6.819)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	4.151	156
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>2.665</u>	<u>3.010</u>

Lucilene Silva
Contadora - CRC 1 SP 289.421-O-1

Enio Luigi Nucci
Diretor Administrativo financeiro